



Senhor Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais

Excelência,

A FEPICOP – Federação Portuguesa da Indústria da Construção e Obras Públicas, preocupada com os efeitos negativos ao nível económico e financeiro para o nosso tecido empresarial, resultantes da publicação da Portaria n.º 340/2013, de 22 de Novembro e sua entrada em vigor a 1 de janeiro de 2014, vem junto de Vossa Excelência expor e solicitar o seguinte:

O referido diploma vem impor às empresas que emitem menos de 1.000 faturas por ano, onde se incluem essencialmente as micro e PME's, um prazo de apenas 40 dias, para aquisição e implementação de *software* de faturação certificado.

Tais exigências, que representam um custo operacional que ascende a largas centenas de euros, com a aquisição não só do *software* exigido, mas também dos equipamentos informáticos e de comunicações necessários para dar resposta às exigências legais agora impostas, são de muito difícil implementação num prazo tão reduzido, designadamente para as pequenas e micro empresas que apresentam graves dificuldades de tesouraria.

É ainda do conhecimento geral que a implementação de tais programas não acarreta apenas custos no imediato, mas igualmente custos futuros, já que ao adquirirem qualquer programa informático de faturação certificado as empresas ficam sujeitas à realização de contratos de assistência técnica, habitualmente renováveis anualmente e que na sua grande maioria não incluem todos os *upgrades* necessários, nomeadamente aqueles que resultem de alterações legislativas mais profundas.

Considerando que no setor da construção, segundo os dados mais recentes do Instituto Nacional de Estatística (2010), as empresas com menos de 10 pessoas ao serviço representavam cerca de 93% do total das empresas do setor e tendo presente que nas empresas de muito pequena dimensão a generalidade do pessoal ao serviço está afeto ao processo produtivo, sendo, em regra, o responsável pela empresa que



desenvolve em simultâneo os processos administrativos existentes, a introdução de meios informáticos, nestes casos, vai conduzir à necessidade de aprendizagem e formação extra do pessoal que, por norma, não está vocacionado para tais matérias, o que se irá repercutir não só nos custos das empresas, mas também na sua produtividade.

Face ao exposto e certos de que Vossa Excelência reconhecerá as dificuldades de este tipo de empresas adotar as medidas estabelecidas pela Portaria em análise, a FEPICOP vem solicitar que se proceda à represtinação da norma de exclusão de utilização de programas certificados de faturação relativamente a sujeitos passivos que procedam à emissão de menos de 1.000 faturas por ano.

Caso não seja possível adotar a solução proposta, solicita-se um alargamento temporal para a adaptação das empresas às novas regras estabelecidas pela Portaria n.º 340/2013, de 22 de Novembro, diferindo a sua entrada em vigor para o início do segundo semestre de 2014.

Agradecendo a atenção que, estamos certos, não deixará de dispensar ao assunto exposto, ficamos a aguardar uma informação sobre o solicitado, apresentando a Vossa Excelência os nossos melhores e mais respeitosos cumprimentos.

O Presidente da Direção

(Ricardo Pedrosa Gomes)

S/00181/2013-12-19